



BB-Banco de Investimento S.A.

Avenida Paulista, nº 1230 - 9º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil - CNPJ 24.933.830/0001-30



Exercício 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

O BB Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" ou "BB-BI") é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. ("Controlador"), especializada no mercado de capitais doméstico, com atuação em estruturação e distribuição de Ofertas de Renda Fixa, Securitização e Renda Variável; investimentos em Fundos de Investimento em Participações; assessoria em Fusões e Aquisições (M&A) e Project Finance; Corretagem (Home Broker); e Custódia de Títulos e Valores Mobiliários.

Desde setembro de 2020, o BB-BI atua também de forma indireta em operações no mercado de capitais por meio de sua participação no UBS BB, parceria firmada com o UBS A.G., para execução de atividades de banco de investimento e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

No cumprimento das Políticas do Controlador relativas a investimentos, o BB-BI mantém participações em empresas que complementam a atividade econômica do Conglomerado e investimentos por meio de Fundos de Investimento em Participações ("FIP"), priorizando empresas que adotam boas práticas de governança corporativa.

Considerando o seu segmento de atuação, o BB-BI, além de estar inserido em um ambiente regio por um sistema regulatório complexo, valoriza e se mantém alinhado às boas práticas de governança corporativa e busca ampliar a sua relevância no mercado de capitais doméstico para atender, de forma sustentável, aos interesses de todas as partes interessadas.

GESTÃO DE RISCOS

A administração do BB Investimentos adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.

O Controlador considera a gestão de riscos do BB-BI nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos em: www.bb.com.br/rli.

Conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e no art.14 do Decreto nº 8.945/2016, o BB-BI cumpre as exigências relacionadas ao controle e gerenciamento de riscos por meio de compartilhamento de custos, estruturas, políticas e mecanismos de divulgação com seu Controlador.

O BB Investimentos adota modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, o que além de mitigar riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, agrega valor e qualidade ao processo decisório e promove o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades.

A adoção das boas práticas de governança enseja o monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos negócios e atividades da Companhia, o que reforça o compromisso de sua administração com a ética, a transparência, a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador.

AMBIENTE ECONÔMICO

Ao longo de 2022, o cenário internacional esteve no centro do debate econômico, marcado, principalmente, pela inflação em patamar elevado, embora as últimas divulgações tenham sinalizado uma trajetória cadente do nível de preço nos EUA e na área do euro. Os riscos externos ligados à pandemia e à guerra entre Rússia e Ucrânia, adicionalmente ao início do processo de aperto monetário nas principais economias centrais, contribuíram para um ritmo mais lento da atividade econômica global.

Nos últimos meses do ano, os dados antecedentes da atividade confirmaram a continuidade da desaceleração da economia na Europa, contudo houve a percepção de uma recessão menos profunda, diante do aumento dos estoques de gás em níveis acima do esperado. Nos EUA, o consumo e o mercado de trabalho seguiram mostrando certa resiliência, o que deve impedir uma recessão mais severa, a despeito da sinalização do Fed de altas adicionais dos juros. Na China, por sua vez, o movimento de desorganização das atividades em massa e flexibilização da quarentena animaram os mercados, pois sinalizou uma clara reorientação do foco do governo de uma política de Cost-Zero para um programa direcionado ao crescimento econômico.

No Brasil, o desempenho da atividade econômica surpreendeu de forma recorrente e positiva ao longo de 2022. A recuperação do setor de serviços e do mercado de trabalho, bem como as medidas para incremento da renda e estímulo ao consumo implementadas no decorrer de 2022, contribuíram com o crescimento econômico observado até o terceiro trimestre do ano passado. Contudo, indicadores recentes sugeriram um comportamento menos favorável da demanda interna, diante do aperto das condições financeiras e da moderação das transferências de renda, o que deve se refletir em movimento de desaceleração econômica. No que se refere ao sistema financeiro nacional, notamos um movimento de desaceleração das carteiras de crédito, tanto ligadas às empresas quanto às famílias, devido à elevação da taxa básica de juros, ao aumento do endividamento e comprometimento de renda das famílias e à elevação da inadimplência.

Em que pese o forte movimento de decompressão do IPCA, a inflação em 2022 ultrapassou o limite superior do intervalo de tolerância da meta. Apesar da redução na tributação sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, que resultaram em deflação nos meses de julho, agosto e setembro, outros fatores, segundo o Banco Central do Brasil, levaram a inflação a atingir 5,8%, a saber: i) inércia da inflação do ano anterior; ii) elevação dos preços de commodities; iii) desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais; iv) choques em preços de alimentação, resultantes de questões climáticas; e v) retomada na demanda de serviços e no emprego, impulsionada pelo acentuado declínio da quantidade de casos de Covid-19 e consequente aumento da mobilidade. Apesar do não cumprimento da meta de inflação, destacamos o papel do aperto da política monetária na contenção da inflação, com a taxa Selic chegando a 13,75% a.a. Por fim, ao longo de 2022, as incertezas no ambiente externo, o processo eleitoral e as discussões em torno do futuro do arcabouço fiscal no Brasil trouxeram volatilidade para preços de ativos, em particular para a taxa de câmbio.

Em 2023, estima-se uma desaceleração da atividade esperada. No ambiente internacional, a perda de ritmo da atividade econômica tende a ser mais intensa na Europa do que nos EUA. O PIB da Área do Euro, ao longo de 2023, pode refletir os impactos da crise energética e as condições financeiras restritivas. Nos EUA, o consumo e o mercado de trabalho ainda mostram certa resiliência, o que deve impedir uma recessão mais severa, a despeito da sinalização do Fed de altas adicionais dos juros. Na China, as decisões relacionadas à reabertura econômica seguem pautando os debates.

Internamente, os reflexos da política monetária contracionista têm se tornado mais evidentes nos últimos meses do ano e os indicadores correntes já começam a revelar perda de dinamismo da atividade doméstica. Quanto à inflação, as perspectivas atuais indicam um ambiente mais desafiador no horizonte de médio prazo, o que motivou a convergência dos juros para a região considerada neutra de forma mais gradual, com efeito sobretudo na projeção de Selic para o ano de 2024.

Posto isso, os desafios para a economia brasileira em 2023 não são desprezíveis, especialmente quando ponderamos o atual patamar contracionista dos juros, as incertezas associadas ao cenário global e a ausência dos fatores transitórios que favoreceram a economia doméstica em 2022. Ademais, os desdobramentos acerca das discussões atuais em torno da sustentabilidade do arcabouço fiscal também são fundamentais para a trajetória econômica à frente.

MERCADO DE CAPITALIS – DESTAQUES NO PERÍODO

De acordo com o Boletim de Mercado de Capitais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), as emissões das empresas nacionais em instrumentos de renda fixa somaram R\$ 456,9 bilhões em 2022, representando 6,6% de crescimento em relação ao ano de 2021. As emissões de debêntures lideram, com um volume de R\$ 271,0 bilhões no período. Os CRAs e CRIs captaram, em conjunto, R\$ 91,1 bilhões em 2022, seguidos pelas emissões de FIDC, que somaram R\$ 46,2 bilhões, e Notas Comerciais, com volume de R\$ 43,2 bilhões no período.

O mercado de renda variável representou R\$ 55,0 bilhões, entre IPOs e Follow-ons.

Os instrumentos híbridos FIAGRO e FII representaram, respectivamente R\$ 7,1 bilhões e R\$ 24,7 bilhões do volume emitido em 2022.

O BB Investimentos ocupou o 1º lugar no ranking ANBIMA de Ofertas Varejo (posição novembro/2022), com market share de 16%.

A Associação entre o BB-BI e UBS A.G. (UBS BB) ocupou a 3ª colocação no ranking ANBIMA de Renda Fixa Consolidado – Originação (posição novembro/2022), por volume e por número de operações (10,6% do mercado), com participação em 110 operações (650 operações no mercado). Figuro, ainda, na 6ª colocação no ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, com 7,8% de participação no mercado.

RESULTADO DO PERÍODO

O resultado do BB Investimentos decorre, basicamente, das participações acionárias, atividades de prestação de serviços e intermediação financeira.

O lucro líquido do BB Investimentos em 2022 foi de R\$ 666,3 milhões (R\$ 649,0 milhões em 2021).

Comparado ao mesmo período do ano anterior, o resultado apresenta elevação de 2,7%, reflexo, principalmente de: (i) operações com TVM (alienação e vendas); (ii) prestação de serviços (comissão de colocação de títulos e serviços a ligadas – garantia firme); (iii) participação em coligadas (equivalência patrimonial Ativos, Tecban e UBS BB); e (iv) despesas de operações de captação no mercado.

RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O resultado com a intermediação financeira foi de R\$ 377,2 milhões em 2022 (R\$ 257,4 milhões em 2021), em função, principalmente, do resultado de operações com títulos e valores mobiliários, no valor de R\$ 756,1 milhões (R\$ 359,9 milhões em 2021) e resultado com instrumentos financeiros derivativos, no valor de R\$ 249,6 milhões (não observado em 2021), deduzidas das despesas de captação de recursos na ordem de R\$ 609,3 milhões (R\$ 92,9 milhões em 2021) e com provisões para perdas associadas a risco de crédito de outros ativos financeiros na ordem de R\$ 23,2 milhões (R\$ 18,7 milhões em 2021).

A captação de recursos é efetuada junto ao Banco do Brasil, seu controlador.

Os títulos e valores mobiliários do BB Investimentos, contabilizados no valor de R\$ 7,1 bilhões (R\$ 3,9 bilhões em 31.12.2021), estão classificados como "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Os outros resultados operacionais atingiram R\$ 609,7 milhões, consequência, principalmente, da receita com prestação de serviços, que totalizou R\$ 485,2 milhões em 2022 (R\$ 405,1 milhões em 2021), decorrente de comissões de colocação de títulos, serviços prestados a ligadas, tarifas bancárias, assessoria econômico-financeira e corretagens de operações em bolsa; e do resultado de participações em controladas e coligadas, que alcançou R\$ 220,7 milhões em 2022 (R\$ 283,6 milhões em 2021).

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos clientes e à sociedade em geral pelo apoio e pela confiança demonstrados, bem como a dedicação e o empenho dos funcionários, colaboradores e parceiros.

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	6	19.335	30.494
Ativos financeiros		7.980.355	4.751.234
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.a	3.107	20.554
Títulos e valores mobiliários	8.a	7.121.727	3.872.845
Negociação e intermediação de valores	9	178.151	181.233
Outros ativos financeiros	10	677.370	676.602
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(194.951)	(171.712)
(Outros ativos financeiros)	11	(194.951)	(171.712)
Ativos fiscais		348.359	261.188
Correntes		76.243	72.128
Diferidos	21.e	272.116	189.060
Investimentos		945.692	870.305
Investimentos em controladas e coligadas	12.a	946.440	869.559
Outros investimentos	12.b	–	2.005
(Perdas por redução ao valor recuperável)	12.c	(748)	(1.259)
Outros ativos	10	30.747	1.547
TOTAL DO ATIVO		9.129.537	5.743.056

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Passivos financeiros		7.260.765	4.032.415
Depósitos	13.a	7.028.703	3.805.303
Negociação e intermediação de valores	9	232.062	227.112
Provisões		679	1.483
Cíveis, fiscais e trabalhistas	24.b	679	1.483
Passivos fiscais		446.883	332.714
Correntes		384.187	272.813
Diferidos	21.d	62.696	59.901
Outros passivos	14	567.971	526.612
Patrimônio Líquido		853.239	849.832
Capital	20.a	417.788	417.788
Reservas de lucros	20.b	384.358	384.358
Outros resultados abrangentes	20.d	51.093	47.686
TOTAL DO PASSIVO		9.129.537	5.743.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		744.239	1.009.673	368.996
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.b	218	3.898	1.480
Resultado de aplicações em ouro		--	--	7.596
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	491.988	756.135	359.920
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8.e	252.033	249.640	--
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(403.267)	(609.269)	(92.893)
Operações de captação no mercado	13.b	(403.267)	(609.269)	(92.893)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(8.222)	(23.239)	(18.737)
Outros ativos financeiros	11.b	(8.222)	(23.239)	(18.737)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		332.750	377.165	257.366
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		350.561	608.934	589.324
Receitas de prestação de serviços	15	300.028	485.226	405.080
Despesas de pessoal	16	(11.297)	(21.088)	(23.613)
Outras despesas administrativas	17	(23.246)	(42.763)	(44.038)
Despesas tributárias	21.c	(45.548)	(65.348)	(42.707)
Resultado de participações em controladas e coligadas	12.a	115.413	220.710	283.643
Outras receitas/despesas operacionais	18	15.211	32.197	10.959
DESPESAS/REVERSÕES DE PROVISÃO		53	804	(196)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	24.b	53	804	(196)
RESULTADO OPERACIONAL		683.364	986.903	846.494
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	19	27.657	55.315	138.581
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		711.021	1.042.218	985.075
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21.a	(279.036)	(375.875)	(336.038)
LUCRO LÍQUIDO		431.985	666.343	649.037
Número de ações		3.789.789	3.789.789	3.789.789
Lucro líquido por ação (R\$)		113,99	175,63	171,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Lucro líquido apresentado na demonstração do resultado	431.985	666.343	649.037
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(10.505)	4.875	8.964
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(13.277)	9.352	17.031
Próprios	(13.277)	9.575	16.792
Coligadas e controladas	--	(223)	239
Efeito tributário	2.772	(4.477)	(8.067)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado			
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas e coligadas	103	(1.468)	(11)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	156	(2.224)	(16)
Efeito tributário	(53)	756	5
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(10.402)	3.407	8.953
Lucro abrangente do período	421.583	669.750	657.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2020		376.000	67.819	342.588	38.733	--	825.140
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	20.d	--	--	--	8.953	--	8.953
Aumento de capital	20.a	41.788	--	(41.788)	--	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	649.037	649.037
Destinações: - Reservas	20.c	--	15.739	--	--	(15.739)	--
- Dividendos (R\$ 167.106,47 por lote de mil ações)	20.c	--	--	--	--	(633.298)	(633.298)
Saldos em 31.12.2021		417.788	83.558	300.800	47.686	--	849.832
Mutações do período		41.788	15.739	(41.788)	8.953	--	24.692
Saldos em 30.06.2022		417.788	83.558	300.800	61.495	--	863.641
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	20.d	--	--	--	(10.402)	--	(10.402)
Lucro líquido do período		--	--	--	--	431.985	431.985
Destinações: - Dividendos (R\$ 113.986,61 por lote de mil ações)	20.c	--	--	--	--	(431.985)	(431.985)
Saldos em 31.12.2022		417.788	83.558	300.800	51.093	--	853.239
Mutações do período		--	--	--	(10.402)	--	(10.402)
Saldos em 31.12.2021		417.788	83.558	300.800	47.686	--	849.832
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	20.d	--	--	--	3.407	--	3.407
Lucro líquido do período		--	--	--	--	666.343	666.343
Destinações: - Dividendos (R\$ 175.825,84 por lote de mil ações)	20.c	--	--	--	--	(666.343)	(666.343)
Saldos em 31.12.2022		417.788	83.558	300.800	51.093	--	853.239
Mutações do período		--	--	--	3.407	--	3.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BB-Banco de Investimento S.A.

Avenida Paulista, nº 1230 - 9º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil - CNPJ 24.933.830/0001-30



Exercício 2022

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES				
Lucro líquido		431.985	666.343	649.037
Ajustes ao lucro líquido		140.763	117.494	(68.799)
Resultado de participações em controladas e coligadas		(115.413)	(220.710)	(283.643)
(Ganhos) Perdas de capital	19	(27.657)	(55.315)	(55.315)
Variações monetárias ativas		(3.372)	(4.791)	(1.583)
Despesas (reversões) de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	24.b	(53)	(804)	196
Imposto de renda e contribuição social	21.a	279.036	375.875	336.038
Provisão (Reversão) para perdas associadas ao risco de crédito	11.b	8.222	23.239	18.737
Lucro na alienação de investimentos	19	--	--	(83.249)
Lucro líquido ajustado		572.748	783.837	580.238
Variações patrimoniais				
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.119	17.447	(1.879)
(Aumento) Redução em aplicações em ouro		--	--	(3.021)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		(3.360.892)	(3.468.950)	(2.563.228)
(Aumento) Redução em negociação e intermediação de valores		(15.171)	8.032	15.058
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		1.794	(42.759)	(33.787)
(Aumento) Redução em ativos fiscais		28.410	(4.034)	451
(Aumento) Redução em outros ativos		(213)	1.123	(515)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(49.243)	(339.871)	(321.985)
(Redução) Aumento em passivos fiscais		(31.339)	(181)	6.635
(Redução) Aumento em outros passivos		5.940	13.283	4.295
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		(2.845.847)	(3.032.073)	(2.317.738)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		97.281	227.095	164.102
Alienação/baixa de investimentos		555	555	156.247
Dividendos recebidos		--	228.787	224.403
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		97.836	456.437	544.752
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
(Redução) Aumento em depósitos		3.005.657	3.223.400	2.122.000
Dividendos pagos		(239.183)	(628.600)	(349.096)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2.766.474	2.594.800	1.772.904
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa				
Início do período		872	171	(82)
Fim do período		19.335	19.335	171
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		18.463	19.164	(82)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1 - O BB INVESTIMENTOS E SUAS OPERAÇÕES

O BB-Banco de Investimento S.A. (BB Investimentos) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 03 de outubro de 1988, com sede localizada na Avenida Paulista, n.º 1.230 - 9º andar, Bela Vista, São Paulo - SP - Brasil, com atuação em todo o território nacional. O BB Investimentos atua no mercado de capitais doméstico, com atuação em estruturação e distribuição de renda fixa, securitização e renda variável, assessoria econômico-financeira de fundos de private equity, fusão e aquisição (M&A), project finance, corretagem (home broker) e custódia de títulos e valores mobiliários, além de investimentos em participações societárias.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 09.03.2023.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do BB Investimentos. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o BB Investimentos continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, principalmente em 2020 e 2021, o BB Investimentos possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações comerciais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do BB Investimentos no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos os países contribuíram para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2021, exceto nos casos indicados no item "f" desta Nota.

e) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo BB Investimentos, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN n.º 4.924/2021

O CMN também editou normas próprias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 - Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN n.º 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN n.º 4.817/2020 - Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O BB Investimentos aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

f) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2022

Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A referida Resolução incorpora substancialmente os critérios contábeis estabelecidos pelos pronunciamentos contábeis CPC 18 (R2) e CPC 45, observadas as particularidades da regulamentação nacional.

O BB Investimentos avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos significativos.

Resolução CMN n.º 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Dentre as disposições normativas, essa norma reconhecem o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis, sendo vedados: (i) o reconhecimento de receita decorrente de quebra em passivo de contrato previsto no item B4.4 desse pronunciamento antes da efetiva extinção dessa obrigação; e (ii) a aplicação do disposto no item 29, alínea "a" do referido pronunciamento.

O BB Investimentos avaliou a norma e concluiu que as práticas atuais adotadas quanto à mensuração e ao reconhecimento são consistentes com o arcabouço normativo de princípios relacionados a receitas proposto pelo pronunciamento CPC 47. Portanto, embora o reconhecimento e mensuração não possuam alterações relevantes, os requerimentos de evidência possuem maiores detalhes do que o arcabouço normativo anterior.

Em função da extensão desses novos requerimentos, o BB Investimentos avaliou os impactos para o processo de evidência contábil e não identificou efeitos significativos.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021 (artigos 24 e 76). Os referidos dispositivos normativos dessa Resolução, vigentes a partir de 01.01.2022, contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinar que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24);
- determinar a elaboração de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), até 31.12.2022, devendo esse plano ser mantido à disposição do Bacen e divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2022.

O BB Investimentos não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes desses dispositivos normativos.

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Essa Resolução entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos citados acima, cuja vigência é a partir de 01.01.2022.

O BB Investimentos iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 dessa Resolução.

O Banco do Brasil S.A. (Banco), Controlador do BB Investimentos, elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76 da Resolução nº 4.966/2021. Em 03.06.2022, o Conselho de Administração do Banco aprovou o referido plano, o qual encontra-se à disposição do Bacen.

Em 21.06.2022, a Diretoria do BB Investimentos aprovou a adesão da Companhia ao plano de ação do Controlador, cujo resumo apresentamos a seguir.

Resumo do plano de implementação da Resolução CMN n.º 4.966/2021:

O plano de implementação da Resolução CMN n.º 4.966/2021 foi elaborado e estruturado contemplando plano de gerenciamento de riscos, plano de comunicação, cronograma, estrutura analítica de projeto e levantamento dos recursos humanos e de TI.

O Banco realizou a análise do normativo e mapeou os mais diversos processos impactados e, dada a magnitude dos instrumentos e abrangência, segmentou o plano em 12 frentes para as que temas possam ser abordados de maneira específica: classificação dos instrumentos financeiros; taxa efetiva de juros; ajustes tributários, contábeis e stop accrual; contabilidade de hedge; estágios e baixa para prejuízo; garantias; base de modelagem e métodos dos parâmetros; base de operações e cálculo da perda esperada; gestão; validação independente; auditoria; e Project Management Office (PMO).

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Receitas				
Receitas de prestação de serviços	15	1.083.302	1.567.884	915.625
Receitas de intermediação financeira		300.028	485.226	405.080
Ganhos de capital	19	744.239	1.009.673	366.996
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.b	27.657	55.315	55.315
Outras receitas/(despesas)		(8.222)	(23.239)	(18.737)
Despesas da intermediação financeira		19.600	40.909	104.971
Insuamos adquiridos de terceiros		(403.267)	(609.269)	(92.893)
Processamento de dados	17	(24.044)	(43.709)	(44.840)
Banco do Brasil - suporte operacional	18	(4.298)	(7.665)	(9.996)
Serviços do sistema financeiro	17	(3.580)	(7.440)	(11.115)
Condomínio	17	(833)	(1.710)	(2.676)
Serviços de transmissão de noticiário econômico	17	(815)	(1.545)	(3.088)
Serviços técnicos especializados	17	(207)	(660)	(447)
Taxas e tarifas bancárias	18	(38)	(243)	(946)
Outras	17	(192)	(402)	(396)
Valor adicionado bruto		655.931	914.906	777.892
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		655.931	914.906	777.892
Valor adicionado recebido em transferência		115.413	220.710	283.643
Resultados de participações em coligadas e controladas	12.a	115.413	220.710	283.643
Valor adicionado a distribuir		771.344	1.135.616	1.061.535
Valor adicionado distribuído		771.344	1.135.616	1.061.535
Proveito		9.645	18.369	20.479
Proveitos e honorários	16	6.803	12.767	14.404
Benefícios	16	1.390	2.527	2.541
FGTS		444	824	971
Outros encargos		1.208	2.241	2.563
Impostos, taxas e contribuições		326.036	443.942	381.879
Federais		311.031	421.842	373.214
Municipais		15.005	22.100	8.665
Remuneração de capitais de terceiros		3.478	6.962	10.140
Aluguéis	17	3.478	6.962	10.140
Remuneração de capitais próprios		431.985	666.343	649.037
Dividendos	20.c	431.985	666.343	633.298
Lucro retido	20.c	--	--	15.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

O ciclo de vida do plano parte do mapeamento e definições, seguindo para modelagem e implementação, finalizando na gestão. Abaixo segue o resumo das principais etapas e atividades a serem implementadas até o início de vigência da norma:

Mapeamento: levantamento das unidades estratégicas e funcionários envolvidos no projeto; dos produtos financeiros; dos sistemas corporativos que serão impactados; do gerenciamento dos riscos envolvidos em todo o projeto.

Definições: atualização dos critérios para alocação em estágios e baixa em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito; da cessação do reconhecimento de receitas quando o ativo financeiro se torna problemático; do escopo de consolidação de empresas impactadas pelo normativo e do escopo de aplicação (instrumentos financeiros).

Modelagem: elaboração da metodologia de taxa de juros efetivas para os instrumentos financeiros; revisão dos modelos de negócios, das características dos fluxos de caixa dos ativos, dos modelos para apuração dos parâmetros de risco e da metodologia para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Implementação: estruturação da informação, homologação, teste e implantação em ambiente corporativo de TI dos critérios para alocação em estágios e baixa do ativo quando sua recuperação for julgada improvável; da taxa de juros efetiva; da cessação do reconhecimento de receitas; dos ajustes tributários; dos modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa dos ativos; dos parâmetros de risco e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e consolidação da informação para contabilização, tributação, reportes e gestão.

Acompanhamento e Gestão: abrange os desdobramentos da implementação normativa e seus reflexos nos processos, produtos e negócios do BB Investimentos a serem tratados no âmbito da Estratégia Corporativa, da gestão do risco de crédito e da contabilidade.

Para acompanhamento da execução do plano, o Banco instituiu Projeto Estratégico visando a coordenação e o encadeamento dos esforços para a implementação das etapas do processo, e determinou que as unidades proponentes do plano apresentem relatório semestral acerca do progresso de sua implementação.

A elaboração do plano considerou as informações disponíveis até o momento de sua confecção, adotando como premissas as expectativas e necessidades de publicações de leis e normas específicas sobre determinados temas, dentre os quais destacamos: o novo plano de contas contábil; a redução de assimetrias entre as normas contábeis e a legislação tributária; o detalhamento da metodologia a ser adotada para classificar os instrumentos financeiros e calcular a taxa de juros efetiva (inclusive por meio de abordagem diferenciada) e o estabelecimento de parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BB Investimentos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, reificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do BB Investimentos, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades, a serem utilizadas em compromissos de curto prazo e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional (Nota 6).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem às operações compromissadas efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. e são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 7).

e) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e se classificam em função da intenção da Administração do BB Investimentos, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 8):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações



BB-Banco de Investimento S.A.

Avenida Paulista, nº 1230 - 9º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil - CNPJ 24.933.830/0001-30



Exercício 2022

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O BB Investimentos constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o BB Investimentos possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O BB Investimentos monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados; e
- (iv) a experiência do BB Investimentos com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o BB Investimentos considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

o) Gerenciamento de riscos e de capital

A Administração do BB Investimentos adota política de gerenciamento de riscos e de capital alinhada com a política adotada pelo conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se no BB Investimentos o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que comporão o inventário de riscos da empresa, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente. A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Concentração de Crédito;
- c) Risco de Mercado;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco de Reputação;
- f) Risco de Estratégia;
- g) Risco de Modelo; e
- h) Risco de Contágio.

As disponibilidades (depósitos bancários) e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza os riscos de crédito, mercado e liquidez dos ativos da Empresa (Nota 22).

No BB Investimentos, no que concerne às atividades de gestão de riscos e de capital, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco e de capital do conglomerado prudencial. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

p) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 25.

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo BB Investimentos poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira do BB Investimentos e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentos.

b) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN n.º 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o BB Investimentos considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o BB Investimentos reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o BB Investimentos pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Vencimento em dias	31.12.2022				31.12.2021		
	Valor de mercado				Total		
	Sem vencimento	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	--	--	--	6.529.892	6.707.066	6.529.892	(177.174)
Títulos públicos	--	--	--	918.775	915.777	918.775	2.998
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	834.979	834.004	834.979	975
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	83.796	81.773	83.796	2.023
Títulos privados	--	--	--	5.611.117	5.791.289	5.611.117	(180.172)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	--	2.116.892	2.172.589	2.116.892	(55.697)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	1.929.233	1.988.341	1.929.233	(59.108)
Debêntures	--	--	--	1.564.992	1.630.359	1.564.992	(65.367)
2 – Títulos disponíveis para venda	21.753	354	131.328	438.400	493.971	591.835	97.864
Títulos privados	21.753	354	131.328	438.400	493.971	591.835	97.864
Cotas de Fundos em Participações	--	21	131.140	276.164	285.074	407.325	122.251
Debêntures	--	--	--	159.289	160.909	159.289	(1.620)
Cotas de Fundos de Investimentos	15.724	--	--	--	13.656	15.724	2.068
Ações de Companhias Abertas	5.976	--	--	--	30.444	5.976	(24.468)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	37	--	2.134	2.519	2.171	(348)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	296	188	813	1.316	1.297	(19)
Ações de Companhias Fechadas	5	--	--	--	48	48	--
Outros	5	--	--	--	5	5	--
Total	21.753	354	131.328	6.968.292	7.201.037	7.121.727	(79.310)

Vencimento em dias	31.12.2022				31.12.2021		
	Valor contábil				Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Por carteira	6.683.327	438.400	7.121.727	3.383.263	489.582	3.872.845	
Carteira Própria	5.848.348	438.400	6.286.748	3.383.263	489.582	3.872.845	
Vinculados à prestação de garantias	834.979	--	834.979	--	--	--	

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

Total por categoria	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor de mercado	100%	Valor de mercado	100%
1 – Títulos para negociação	6.529.892	92%	3.060.942	79%
2 – Títulos disponíveis para venda	591.835	8%	811.903	21%

Os investimentos em debêntures são representados pelos títulos das empresas:

Empresas	31.12.2022		31.12.2021		Taxa	Vencimento
	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado		
Eneva - ENEV39	319.510	326.594	336.436	--	IPCA+ 7,15% a.a.	15/09/2042
AES Cajalina - AEAB11	299.566	310.740	311.442	--	IPCA+ 7,07% a.a.	15/06/2044
Algar Telecom S.A. - ALGAC2	260.124	280.189	270.258	--	IPCA+ 5,88% a.a.	15/01/2032
Jalles Machado S.A. - JALL13	195.211	200.619	155.789	--	IPCA+ 6,49% a.a.	15/09/2032
Eneva - ENEV29	135.545	139.348	143.905	--	IPCA+ 7,00% a.a.	15/09/2037
Autopista Fernao Dias - APFD19	150.000	153.782	142.211	--	IPCA+ 6,30% a.a.	15/09/2031
VLI Multimodal S.A. + VLIM13	114.916	122.051	114.576	179.002	IPCA+ 5,75% a.a.	15/12/2028
Feury - FLRY15	100.000	100.545	100.373	98.802	CDI + 0,9% a.a.	18/12/2024
Movida - MOV128	34.813	35.000	33.039	--	IPCA+ 8,34% a.a.	15/06/2032
Algar Telecom - ALGA19	30.000	30.913	30.562	29.914	CDI + 0,7% a.a.	10/10/2024
CCR S.A. - CCR0A5	31.982	32.812	30.437	75.340	IPCA+ 4,88% a.a.	15/11/2033
Movida - MOV118	25.502	25.636	25.321	--	IPCA+ 8,05% a.a.	15/06/2029
Localiza - LORTA5	23.262	23.878	23.686	23.122	107,25% CDI	15/04/2026
CTEEP - CTEE18	4.550	5.673	4.667	4.741	IPCA+ 3,50% a.a.	15/12/2029
Sonora Estância S.A. - SNRA13	1.478	1.588	1.579	62.673	IPCA+ 7,29% a.a.	15/11/2029
Light LIGHA7	--	--	--	94.734	CDI + 1,5% a.a.	15/10/2022
AES Tucano Holding II S.A.	--	--	--	150.177	IPCA+ 7,29% a.a.	15/09/2041
CTEE2B	--	--	--	304.053	IPCA+ 5,86% a.a.	15/10/2039
Engie Brasil Energia S.A.	--	--	--	114.810	IPCA+ 5,72% a.a.	15/09/2046
Sabesp - SBSPE9	--	--	--	96.293	IPCA+ 5,30% a.a.	15/12/2031
CSN Mineração S.A.	--	--	--	190.693	IPCA+ 5,02% a.a.	15/07/2036
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	--	--	--	109.272	IPCA+ 5,82% a.a.	15/10/2031
Ligth LIGHD2	--	--	--	53.604	IPCA+ 4,75% a.a.	15/04/2031
Companhia de Gás de São Paulo - COMGAS	--	--	--	30.433	IPCA+ 5,22% a.a.	15/08/2036
Elektro Redes S.A.	--	--	--	60.051	IPCA+ 5,77% a.a.	15/10/2031
CTEE1B	--	--	--	226.469	IPCA+ 5,77% a.a.	15/10/2031
Rumo Malha Paulista S.A.	--	--	--	209.203	IPCA+ 5,73% a.a.	15/10/2033
Holding do Araguaia S.A.	--	--	--	112.150	IPCA+ 6,66% a.a.	15/10/2036
Sabesp - SBSPP9	--	--	--	31.507	IPCA+ 5,45% a.a.	15/12/2036
TOTAL	1.791.268	1.724.281	2.257.043			

Os investimentos em Fundos de Investimento em Participações - FIP são representados pelas seguintes participações:

Nome do Fundo	31.12.2022		31.12.2021		Vencimento	Administrador
	Participação	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado		
FIP Brasil Internacionalização de Empresas II	21,45%	8.267	124.415	167.631	07/2024	Lions Trust
FIP Brasil Agronegócio	19,05%	89.984	105.098	112.753	02/2024	Bem DTVM
FIP AG Angra Infra-Estrutura	8,11%	56.894	65.471	63.823	10/2023	Bem DTVM
FIP Brasil Internacionalização de Empresas	24,44%	73.410	49.960	82.157	07/2023	Lions Trust
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	18,81%	47.519	33.167	40.633	03/2024	Banco Daycoval
FIP Brasil Sustentabilidade	9,50%	--	13.484	12.004	03/2024	Bem DTVM
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,00%	7.758	11.166	9.640	12/2023	Bem DTVM
FIP Logística Brasil	12,99%	--	4.543	16.375	07/2023	Bem DTVM
FIP Brasil Óleo e Gás	25,00%	41.400	21	--	02/2023	Bem DTVM
FIP BTG Dividendos	0,001%	--	--	7	11/2050	BTG Pactual
FMIEE Nordeste II	15,09%	17.269	--	--	07/2024	BRL TRUST
(-) Perdas permanentes	13,75%	(57.427)	--	--	--	--
TOTAL		285.074	407.325	505.023		

Correspondem a aplicações em fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado, destinados à aquisição de ações de companhias abertas ou fechadas, garantindo a participação no seu processo decisório, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o BB Investimentos avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o BB Investimentos estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo BB Investimentos estão sujeitas ao pagamento de impostos onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo BB Investimentos no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo BB Investimentos, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o BB Investimentos possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do BB Investimentos é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo BB Investimentos para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo BB Investimentos que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (ii) alterações nas taxas de juros;
- (iii) mudanças nos índices de inflação;
- (iv) processos ou disputas judiciais adversas;
- (v) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento;
- (vi) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- (vii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da data de avaliação judicial e revisados mensalmente.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

g) Provisão para outros créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas de forma individualizada em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, conforme avaliação realizada pela Administração (Nota 11.b).

5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS



BB-Banco de Investimento S.A.

Avenida Paulista, nº 1230 - 9º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil - CNPJ 24.933.830/0001-30

Exercício 2022

10 - OUTROS ATIVOS

	31.12.2022	31.12.2021
Financeiros	677.370	676.602
Devedores por depósitos em garantia (Nota 24.d)	293.423	274.852
Dividendos a receber ⁽¹⁾	189.775	227.649
Títulos e créditos a receber ⁽²⁾	189.424	166.265
Opções por incentivos fiscais	4.650	4.650
Serviços prestados a receber	98	3.186
Ativo circulante	189.873	230.835
Ativo não circulante	487.497	445.767
Não financeiros	30.747	1.547
Ouro ⁽³⁾	29.567	--
Devedores diversos	1.015	1.391
Outros	165	156
Ativo circulante	29.567	--
Ativo não circulante	1.180	1.547

- (1) Referem-se aos dividendos a receber oriundos das empresas Ativos S.A., Tecban e UBS BB Serviços.
 (2) Referem-se a direitos creditórios cedidos pela Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim. O ativo está totalmente provisionado.
 (3) Em janeiro/2022, em atendimento a Instrução Normativa BCB Nº 220, de 24 de dezembro de 2021, ocorreu a reclassificação do saldo de aplicações em ouro de disponibilidades para o grupamento outros ativos não financeiros.

12 - INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas participações em coligadas e controladas

EMPRESA	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado ⁽¹⁾	Lucro / (Prejuízo) líquido Exerc/2022 ⁽²⁾	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2021	Movimentações Exerc/2022			Saldo Contábil 31.12.2022	Resultado de Equivalência ⁽³⁾ Exerc/2021
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	Outros eventos ⁽⁴⁾	Resultado de Equivalência ⁽⁴⁾		
Ativos	656.103	956.448	254.862	160.745.211	328.051.452	75.7140	714.928	--	--	192.811	724.421	236.546
BB Tecnologia e Serviços	218.635	334.733	65.737	1.482	--	0.0003	1	--	--	--	1	--
Estruturadora Brasileira de Projetos	75.819	6.727	390	5.075.764	1.736.112	11.1111	1.259	--	(555)	44	748	(12)
Galgo	26.283	28.383	7.126	1.752.200	--	6.6667	1.343	--	--	549	1.892	178
Tecnologia Bancária	882.504	955.743	70.567	300.763.860	--	7.0223	60.750	(1.084)	2.886	4.563	67.115	12.695
UBS BB Serviços ⁽⁵⁾	1.425.605	1.468.855	44.472	1.954.244.590	--	49.9899	718.943	(5.280)	(1.615)	22.232	734.280	31.493
UBS BB Serviços - resultado não realizado ⁽⁶⁾	--	--	--	--	--	--	(627.665)	--	45.648	--	(582.017)	--
Total							869.559	(189.682)	46.364	220.199	946.440	280.900

- (1) As informações referem-se ao Patrimônio Líquido de dezembro de 2022, exceto BB Tecnologia e Serviços e Galgo, que se referem a novembro de 2022.
 (2) As informações referem-se ao período de janeiro a dezembro de 2022, exceto BB Tecnologia e Serviços e Galgo, que se referem ao período de janeiro a novembro de 2022.
 (3) Referem-se a partilha antecipada de ativos na empresa EBP, ao aporte de capital na empresa Tecban, com utilização de dividendos a receber e a variação negativa de outros resultados abrangentes e realização do RNR (resultado não realizado), na empresa UBS BB Serviços.
 (4) Não inclui reversão de provisão para perdas na empresa EBP no valor de R\$ 511 mil.
 (5) Não inclui reversão de provisão para perdas na empresa Kepler Weber no valor de R\$ 2.731 mil e na empresa EBP no valor de R\$ 12 mil.
 (6) Em 30.09.2020, o BB Investimentos adquiriu participação acionária direta na UBS BB Serviços, através de aporte de ativo intangível. Foi constituído RNR (resultado não realizado), no mesmo montante, a fim de criar condições suficientes para que seja possível a performance do ativo intangível registrado na empresa.

b) Outros investimentos

	31.12.2022	31.12.2021
FILCB - Fundo de Investimento Liquidez da Câmara ⁽¹⁾	--	2.000
Anbima ⁽¹⁾	--	5
Total	--	2.005

- (1) Em março de 2022, ocorreu a reclassificação do grupamento outros investimentos para o grupamento títulos e valores mobiliários, em atendimento a Instrução Normativa BCB nº 250, de 29.03.2022.

c) Provisão para perdas em investimentos

	31.12.2022	31.12.2021
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP ⁽¹⁾	(748)	(1.259)
Total	(748)	(1.259)

- (1) Provisão em virtude de testes de redução ao valor recuperável de ativos. O ativo está totalmente provisionado.

13 - DEPÓSITOS

a) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	31.12.2022		31.12.2021	
	Até 3 meses	Total	Total	Total
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	7.028.703	7.028.703	3.805.303	3.805.303
Total	7.028.703	7.028.703	3.805.303	3.805.303

- (1) Referem-se à captação de recursos de curto prazo junto ao Banco do Brasil S.A., com taxa de 101% da Taxa Média Selic (TMS) e vencimento em fevereiro de 2023.

b) Despesas de captações com depósitos

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Despesas de depósitos interfinanceiros	(403.267)	(609.269)	(92.893)
Total	(403.267)	(609.269)	(92.893)

14 - OUTROS PASSIVOS

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos a pagar	431.985	381.031
Rendas antecipadas ⁽¹⁾	123.250	132.917
Credores diversos - país ⁽²⁾	6.866	6.784
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾	5.722	5.814
Provisão para pagamentos a efetuar	148	66
Total	567.971	526.612

- (1) Refere-se ao ganho de capital decorrente do resgate de ações preferenciais da empresa UBS Serviços, cujas rendas serão apropriadas de forma diferida mensalmente pelo prazo de 15 anos.
 (2) Inclui o valor de R\$ 5.852 mil (R\$ 5.938 mil em 31.12.2021) relativo à antecipação de desembolsos a serem incorridos pelo BB Investimentos, no âmbito de operações de oferta pública de títulos e valores mobiliários.
 (3) Inclui os valores de R\$ 5.585 mil (R\$ 5.677 mil em 31.12.2021) referente a ressarcimentos de despesas ao Banco do Brasil e R\$ 137 mil (R\$ 137 mil em 31.12.2021) referente a comissões devidas às BB Securities.

15 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Comissões de colocação de títulos	165.493	280.527	243.048
Serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	94.898	138.243	100.751
Assessoria econômico-financeira	25.365	36.908	18.250
Serviços diferenciados - pessoas físicas	14.025	29.062	42.132
Corretagens de operações em bolsas	242	480	840
Administração de custódia - Tesouro Direto	5	6	59
Total	300.028	485.226	405.080

- (1) Referem-se aos valores pagos pela UBS BB relativos à prestação de garantia firme pelo BB Investimentos em operações de colocação de títulos.

16 - DESPESAS DE PESSOAL

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Proventos	(6.718)	(12.601)	(14.228)
Encargos Sociais	(3.104)	(5.794)	(6.668)
Benefícios	(1.390)	(2.527)	(2.541)
Honorários	(85)	(166)	(176)
Total	(11.297)	(21.088)	(23.613)

17 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Processamento de dados, desenvolvimento e manutenção de sistemas	(14.141)	(24.044)	(16.176)
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(3.580)	(7.440)	(11.115)
Aluguéis	(3.478)	(6.962)	(10.140)
Condomínio	(833)	(1.710)	(2.676)
Serviços de transmissão de noticiário econômico	(815)	(1.545)	(3.088)
Serviços técnicos especializados	(207)	(660)	(447)
Outras despesas administrativas	(192)	(402)	(396)
Total	(23.246)	(42.763)	(44.038)

- (1) Referem-se, principalmente, às despesas de custódia de títulos e valores mobiliários e despesas de serviços prestados pelas BB Securities.

18 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Receitas	24.687	54.320	34.759
Devedores por depósitos em garantia	10.818	19.463	6.422
Atualização de créditos recebidos mediante cessão	8.168	23.159	25.209
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	3.372	8.908	3.128
Resultado de aplicações em ouro ⁽²⁾	2.239	2.700	--
Recuperação de encargos e despesas	87	87	--
Outras receitas operacionais	3	3	--
Despesas	(9.476)	(22.123)	(23.800)
Variações monetárias passivas ⁽³⁾	(5.035)	(13.421)	(3.615)
Banco do Brasil - suporte operacional	(4.298)	(7.665)	(9.996)
Taxas e tarifas bancárias	(38)	(243)	(946)
Demandas judiciais	--	(675)	(19)
Desajuste em operações de colocação de títulos	--	--	(9.155)
Outras despesas operacionais	(105)	(119)	(69)
Total	15.211	32.197	10.959

- (1) Referem-se à atualização dos dividendos a receber da Ativos S.A. e de impostos e contribuições a compensar.
 (2) Em janeiro/2022, em atendimento a Instrução Normativa BCB Nº 220, de 24 de dezembro de 2021, o resultado de operações com ouro passou a ser classificado em outras receitas/despesas operacionais. No exercício de 2021, o resultado de operações com ouro era apresentado como receitas da intermediação financeira.
 (3) Referem-se, principalmente, à atualização, pela Taxa Selic, dos dividendos pagos ao Banco do Brasil S.A.

19 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Ganhos de capital ⁽¹⁾	27.657	55.315	55.315
Lucro na alienação de investimentos ⁽²⁾	--	--	83.249
Outras rendas não operacionais	--	--	17
Total	27.657	55.315	138.581

- (1) No exercício de 2022, referem-se à realização do RNR no valor de R\$ 45.648 mil (R\$ 45.648 mil no exercício de 2021) e apropriação do ganho decorrente do resgate das ações preferenciais da empresa UBS BB Serviços no valor de R\$ 9.667 mil (R\$ 9.667 mil no exercício de 2021).
 (2) Refere-se ao lucro na alienação das ações da empresa Kepler Weber.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em abril de 2021, a Assembleia Geral do BB Investimentos aprovou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 41.788 mil, através da capitalização de Reserva Estatutária.
 O Capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 417.788 mil (R\$ 417.788 mil em 31.12.2021), está dividido em 3.789.789 ações ordinárias nominativas (3.789.789 ações em 31.12.2021), sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 853.239 mil (R\$ 849.832 mil em 31.12.2021) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 225,14 (R\$ 224,24 em 31.12.2021). b) Reservas de lucros

	31.12.2022	31.12.2021
Reservas de lucros	384.358	384.358
Reserva legal	83.558	83.558
Reservas estatutárias	300.800	300.800

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. O BB Investimentos não constituiu reserva legal no exercício de 2022, uma vez que a reserva atingiu o limite permitido.

11 - PROVISÕES PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito

	31.12.2022	31.12.2021
Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim	189.424	166.265
Incentivos fiscais	4.630	4.603
Crédito tributário de Pis e Cofins	897	844
Total	194.951	171.712

Ativo não circulante 194.951 171.712

b) Movimentação das provisões para perdas associadas ao risco de crédito

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Saldo inicial	186.729	171.712	152.975
Constituição	8.222	23.241	25.217
(Reversão)	--	(2)	(6.480)
Saldo final	194.951	194.951	171.712

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, constituída pela parcela de até 100% do saldo do lucro líquido após as destinações anteriores, até o limite de 80% do capital social.

c) Dividendos e distribuição do lucro líquido

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Base de cálculo:	431.985	666.343	633.298
- Lucro líquido	431.985	666.343	649.037
- Reserva legal constituída no período	--	--	(15.739)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	107.996	166.586	158.325
Dividendo adicional	323.989	499.757	474.973
Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações	0	0	0
Total destinado ao acionista	431.985	666.343	633.298

d) Outros resultados abrangentes

	2º Sem/2022				2º Sem/2021			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo final
Títulos disponíveis para venda								
Próprios	65.045	(13.277)	2.772	54.540	84.344	(66.407)	31.581	49.518
Coligadas e Controladas	95	--	--	95	48	294	(100)	242
Outros ajustes de avaliação patrimonial								
Coligadas e Controladas	(3.645)	156	(53)	(3.542)	(2.385)	471	(160)	(2.074)
Total	61.495	(13.121)	2.719	51.093	82.007	(65.642)	31.321	47.686

	Exerc/2022				Exerc/2021			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo final
Títulos disponíveis para venda								
Próprios	49.518	9.575	(4.553)	54.540	40.712	16.792	(7.986)	49.518
Coligadas e Controladas	242	(223)	76	95	84	239	(81)	242
Outros ajustes de avaliação patrimonial								
Coligadas e Controladas	(2.074)	(2.224)	756	(3.542)	(2.063)	(16)	5	



BB-Banco de Investimento S.A.

Avenida Paulista, nº 1230 - 9º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil - CNPJ 24.933.830/0001-30



Exercício 2022

22 - PARTES RELACIONADAS

O BB Investimentos realiza transações bancárias com seu controlador, Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Há acordo operacional com a UBS BB para prestação de garantia firme em operações de colocação de títulos.

O BB Investimentos não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A relação de suas participações em empresas coligadas e controladas está demonstrada na Nota 12.a.

Sumário das transações com partes relacionadas

	Controlador	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (2)	Total
31.12.2022				
Ativos				
Depósitos bancários (Nota 6)	19.335	--	--	19.335
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.a)	3.107	--	--	3.107
Dividendos a receber (1) (Nota 10)	--	189.775	--	189.775
Passivos				
Depósitos interfinanceiros (Nota 13.a)	7.028.703	--	--	7.028.703
Dividendos a pagar (Nota 14)	431.985	--	--	431.985
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)	5.585	--	137	5.722
31.12.2021				
Ativos				
Depósitos Bancários (Nota 6)	171	--	--	171
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.a)	20.554	--	--	20.554
Dividendos a receber (1) (Nota 10)	--	227.649	--	227.649
Passivos				
Depósitos interfinanceiros (Nota 13.a)	3.805.303	--	--	3.805.303
Dividendos a pagar (Nota 14)	381.031	--	--	381.031
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)	5.677	--	137	5.814

(1) Referem-se aos dividendos a receber oriundos das empresas Ativos S.A., Tecban e UBS BB Serviços.

(2) Referem-se às BB Securities.

	Controlador	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (2)	Total
2º Sem/2022				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	218	--	--	218
Serviços prestados a ligadas (1) (Nota 15)	--	94.898	--	94.898
Despesas de depósitos interfinanceiros (Nota 13.b)	(403.267)	--	--	(403.267)
Despesas de pessoal	(11.212)	--	--	(11.212)
Despesas administrativas diversas	(19.493)	--	--	(19.493)
Variações monetárias passivas	(4.825)	--	--	(4.825)
Taxas e tarifas bancárias (Nota 18)	(38)	--	--	(38)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 18)	(4.298)	--	--	(4.298)
Exerc/2022				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	3.898	--	--	3.898
Serviços prestados a ligadas (1) (Nota 15)	--	138.243	--	138.243
Variações monetárias ativas (2)	--	4.117	--	4.117
Despesas de depósitos interfinanceiros (Nota 13.b)	(609.269)	--	--	(609.269)
Despesas de pessoal	(20.922)	--	--	(20.922)
Despesas administrativas diversas	(34.799)	--	--	(34.799)
Variações monetárias passivas	(13.211)	--	--	(13.211)
Taxas e tarifas bancárias (Nota 18)	(243)	--	--	(243)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 18)	(7.665)	--	--	(7.665)
Exerc/2021				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	1.480	--	--	1.480
Serviços prestados a ligadas (1) (Nota 15)	--	100.751	--	100.751
Variações monetárias ativas (2)	--	1.565	--	1.565
Despesas de depósitos interfinanceiros (Nota 13.b)	(92.893)	--	--	(92.893)
Despesas de pessoal	(23.437)	--	--	(23.437)
Despesas de serviços do sistema financeiro	--	--	(3.169)	(3.169)
Despesas administrativas diversas	(32.727)	--	--	(32.727)
Variações monetárias passivas (Nota 18)	(3.615)	--	--	(3.615)
Taxas e tarifas bancárias (Nota 18)	(946)	--	--	(946)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 18)	(9.996)	--	--	(9.996)

(1) Refere-se à UBS BB.

(2) Refere-se à atualização monetária dos dividendos a receber da Ativos S.A.

(3) Referem-se às BB Securities.

23 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O BB Investimentos não possui quadro próprio de empregados uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A.

O BB Investimentos ressarce o Banco do Brasil pelas despesas de pessoal, conforme evidenciado na Nota 22.

24 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Passivos contingentes - Prováveis

Ações cíveis

As ações de natureza cível movidas contra o BB Investimentos referem-se, principalmente, a pedidos de indenização envolvendo compra e venda de ações em Bolsa de Valores e revisão de cláusulas contratuais.

Ações trabalhistas

Referem-se, principalmente, a ações em que a BAF - Brasil Aconselhamento Financeiro S.A., incorporada ao BB Investimentos em 20.05.2009, figura como parte passiva.

Movimentações na provisão para demandas cíveis, fiscais e trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Demandas cíveis			
Saldo inicial	163	141	92
Constituição	6	29	77
Reversão da provisão	(25)	(26)	(28)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	144	144	141
Demandas fiscais			
Saldo inicial	58	55	32
Constituição	4	7	23
Reversão da provisão	--	--	--
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	62	62	55

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas do

BB - Banco de Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do BB - Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao BB Investimentos, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração do BB Investimentos, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do BB Investimentos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do BB Investimentos é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o BB Investimentos continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	511	1.287	1.163
Constituição	31	84	124
Reversão da provisão	(69)	(898)	--
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	473	473	1.287

Total das demandas cíveis, fiscais e trabalhistas

A Administração do BB Investimentos considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolso

	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas
Até 5 anos	130	37	432
Acima de 5 anos	14	25	41
Total	144	62	473

O cenário de incerteza de duração dos processos bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos contingentes - Possíveis

Ações cíveis

As ações cíveis classificadas como risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos de indenização envolvendo compra e venda de ações em Bolsa de Valores e revisão de cláusulas contratuais.

Ações fiscais

As ações fiscais classificadas como risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e representam processos de execução fiscal e de nulidade de auto de infração. Dentre os processos, destacam-se:

Processo de execução fiscal, no montante de R\$ 154.661 mil (R\$ 137.593 mil em 31.12.2021), cujos débitos inscritos em dívida ativa estão sob revisão no âmbito da Secretaria da Receita Federal (processo administrativo fiscal nº 10166.005506/2003-27), após impugnação pelo BB Investimentos via embargos à execução. Naqueles autos administrativos, houve o proferimento de despacho decisório favorável ao BB Investimentos pelo reconhecimento integral das parcelas do direito creditório discutido (crédito de saldo negativo de IRPJ/CSLL débitos de 1998 a 2003), ressaltando-se o cumprimento de condições impostas pelo Fisco no sentido de formular declaração de não utilização dos referidos créditos pleiteados em períodos anteriores. Aguarda-se a manifestação definitiva da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) nos autos dos embargos à execução e posterior decisão judicial de mérito.

Processo decorrente de autuação fiscal da Receita Federal do Brasil - RFB sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, período de 2011 a 2013, no montante de R\$ 121.121 mil, conforme processo administrativo fiscal nº 16682.722758/2016-86, no qual foram encerradas as discussões no contencioso fiscal administrativo, com decisão desfavorável ao BB Investimento, pela não adição às bases de cálculo da CSLL das despesas de amortização de ativo decorrentes de aquisições de investimentos avaliados pelo Patrimônio Líquido. Em 2023, o BB Investimentos ingressará com Ação Anulatória visando a desconstituição dos autos de infração, medida que poderá ser acompanhada de eventual depósito judicial integral do valor autuado para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Processo de execução fiscal, no montante de R\$ 116.478 mil (R\$ 103.624 mil em 31.12.2021), cujos débitos inscritos em dívida ativa encontram-se suspensos em decorrência do ajuizamento de ação Anulatória nº 0184682-33.2014.4.02.5101, visando a extinção dos referidos débitos. Nestes autos houve a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em razão de depósito judicial do montante integral da dívida. São objeto do processo as seguintes matérias: cobrança de multas de ofício, diferença referente à dedutibilidade da CSLL da base do imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ, repetição do indébito tributário e por fim, a anulação da compensação tributária de ofício. A ação de execução fiscal está suspensa até o julgamento do mérito da ação anulatória vinculada.

Ação anulatória, no montante de R\$ 72.411 mil (R\$ 64.420 mil em 31.12.2021), requerendo a nulidade de Auto de Infração que versa sobre a dedutibilidade das despesas de amortizações de ativo na aquisição de investimentos (avaliados pelo lucro líquido) na base de cálculo da CSLL, anos-calendários 2009 e 2010. Aguardando-se o julgamento do recurso interposto pela Empresa ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

d) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2022	31.12.2021
Demandas fiscais	468.293	309.168
Demandas cíveis	9	9
Total	468.302	309.177

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências:

	31.12.2022	31.12.2021
Demandas fiscais	292.316	272.946
Demandas cíveis	636	683
Demandas trabalhistas	471	1.223
Total	293.423	274.852

25 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foi identificado o evento registrado na tabela abaixo considerado "item não recorrente", com o respectivo efeito fiscal, a seguir detalhado, quando necessário ao melhor entendimento:

Alienação de participações: resultado da alienação das ações da empresa Kepler Weber.

Desdobramento do lucro líquido do período em resultado não recorrente e resultado recorrente

	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Lucro líquido	431.985	666.343	649.037
Itens não recorrentes	--	--	45.787
Alienação de participações	--	--	83.249
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	--	--	(37.462)
Resultado recorrente	431.985	666.343	603.250

26 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Pandemia coronavírus (COVID-19)

Diante da pandemia da Covid-19, enfrentada mundialmente desde o início de 2020, o Conglomerado Banco do Brasil, controlador do BB Investimentos, adotou diversas medidas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o BB Investimentos, em consonância com o seu controlador, tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às suas demandas. As ações adotadas pelo Conglomerado foram divulgadas em comunicado ao mercado de 24.03.2020.

b) Conflito Rússia e Ucrânia

Após algumas semanas de intensificação da tensão no leste europeu, em 24.02.2022 as tropas russas avançaram em território ucraniano. Em resposta a essa ação, governos de diversos países impuseram sanções econômicas à Rússia e algumas empresas privadas anunciaram espontaneamente a descontinuação de suas atividades no país e a cessação das operações com empresas e o governo russo.

De imediato, o conflito promoveu o deslocamento de grande parte da população ucraniana, que fugiu para outras regiões, e parte da estrutura do país foi destruída. Setores como o petrolífero e agrícola têm sido afetados mundialmente dada a relevância da Rússia no fornecimento de petróleo e fertilizantes, e de ambos os países na produção de cereais.

O BB Investimentos não possui exposição direta ao conflito haja vista a região não ser área de atuação e não haver operações relevantes com os governos e empresas oriundas dos dois países. Inevitavelmente, o impacto da guerra na economia mundial traz efeitos sistêmicos à indústria financeira no Brasil, que por hora não ensejam reflexos nos Demonstrativos Contábeis do BB Investimentos. O Conglomerado Banco do Brasil, controlador do BB Investimentos, continua monitorando atentamente o desenrolar dos fatos, com vistas a mitigar potenciais impactos financeiros sobre suas operações.

c) Majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

Em 02.09.2022, a Medida Provisória nº 1.115 foi convertida na Lei nº 14.446 que elevou a alíquota da CSLL no período de agosto a dezembro/2022 de 20% para 21% para os bancos de qualquer espécie.

d) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16.11.2022, a Medida Provisória nº 1.128 foi convertida na Lei nº 14.467, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

O BB Investimentos está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01.01.2025.

das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o BB Investimentos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BB Investimentos são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BB Investimentos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BB Investimentos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BB Investimentos a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e



BB-Banco de Investimento S.A.

Avenida Paulista, nº 1230 - 9º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil - CNPJ 24.933.830/0001-30



Exercício 2022

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições. Também exerce suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas que adotaram o regime de Coaud único, entre elas o BB Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" ou "BB-BI").

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do BB-BI são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o BB-BI está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do BB-BI. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

No período, realizou reuniões com representantes da Administração do Conglomerado, Auditor Geral, Conselho Diretor, Banco Central do Brasil (Bacen), Conselho Fiscal, além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, exposições de risco e contabilidade.

Nas demonstrações contábeis da Companhia não foi identificada exposição atuarial.

O Comitê apresentou pareceres relativos aos temas de sua competência à Diretoria do BB-BI. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da Empresa.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do BB-BI e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- a Deloitte atua com efetividade e independência;
- não chegaram ao conhecimento do Coaud inadequações em transações com partes relacionadas do BB-BI;
- as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- as demonstrações contábeis do BB-BI de 31/12/2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 09 de março de 2023.

(assinado eletronicamente)
Egídio Otmar Ames
(coordenador)

(assinado eletronicamente)
Aramis Sá de Andrade

(assinado eletronicamente)
Rachel de Oliveira Maia

(assinado eletronicamente)
Vera Lúcia de Almeida Pereira Elias

(assinado eletronicamente)
Walter Eustáquio Ribeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Ao realizar tais exames, o colegiado levou em conta, as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e os depoimentos prestados pelos integrantes do Comitê de Auditoria. Considerando, ainda, a expedição do Relatório dos Auditores Independentes, produzido sem ressalvas, nesta data, pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. e as informações complementares prestadas pela empresa ao colegiado, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 09 de março de 2023.

Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Conselheiro

Jean Martinelli
Conselheiro

Cristina Gonçalves Rodrigues
Presidente

DIRETORIA

Diretor

Adelar Valentim Dias
Francisco Augusto Lassalvia

Conselho Fiscal

Cristina Gonçalves Rodrigues (Presidente)
Jean Martinelli
Marco Túlio de Oliveira Mendonça

Comitê de Auditoria

Egídio Otmar Ames
Aramis Sá de Andrade
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lúcia de Almeida Pereira Elias
Walter Eustáquio Ribeiro

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87

